



Dezembro/2014

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

### Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Medicina (Perícia Médica)

Nome do Candidato

Caderno de Prova '14', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: [pib.socioambiental.org](http://pib.socioambiental.org). Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
- (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
- (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
- (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
- (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em
- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:
- I. O pronome destacado em ...e **que** também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes *aquela* e *ela* (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...**como eles**, têm aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será
- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente
- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão "política indigenista" foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

*Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.*

*A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.*

*A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapõe a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.*

*A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.*

*A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.*

*Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.*

*Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.*

*Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.*

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. "Justiça e direitos: a construção da igualdade". In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos <u>deixariam</u> de reconhecer na imagem...</i></p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega <u>sobreviveram</u> tanto tempo.</i></p> <p>(C) <i>...e <u>converte-se</u> em um atributo do próprio homem.</i></p> <p>(D) <i>... para se <u>materializarem</u>...</i></p> <p>(E) <i>...que <u>enfrentava</u> no Olimpo o deus da guerra, Ares.</i></p>	<p>15. <i>...os supostos da modernidade (...) <u>dependem</u>, para se materializarem, da força do Judiciário...</i></p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) <i>...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</i></p> <p>(B) <i>...carregando em uma das mãos uma balança...</i></p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) <i>... e vive da desigualdade...</i></p> <p>(E) <i>... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</i></p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à <u>função designada</u> no corpo social...</i> (atividades exercidas)</p> <p>(B) <i>À lei igual para todos <u>incorpora-se</u> o princípio de que...</i> (integra-se)</p> <p>(C) <i>...e o direito à <u>resistência</u>.</i> (resistir)</p> <p>(D) <i>...e do acesso à <u>justiça</u>...</i> (tribunais)</p> <p>(E) <i>Para terminar, <u>volta</u> à deusa Têmis...</i> (evoco)</p>	<p>16. Identifica-se ideia de <b>comparação</b> no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) <i>Assim, os supostos da modernidade...</i></p> <p>(B) <i>... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</i></p> <p>(C) <i>Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</i></p> <p>(D) <i>A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</i></p> <p>(E) <i>... para indivíduos que são desiguais na vida real.</i></p>
<p>12. <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... ...questionar a <u>desigualdade</u> entre os indivíduos... ...um símbolo atravessou <u>os séculos</u>...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) <i>...imponente figura feminina...</i> (1º parágrafo)</p> <p>(B) <i>...particularmente a liberdade e a igualdade...</i> (7º parágrafo)</p> <p>(C) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...</i> (8º parágrafo)</p> <p>(D) <i>... que constrói e busca a igualdade.</i> (8º parágrafo)</p> <p>(E) <i>...que tem valor em si mesmo...</i> (3º parágrafo)</p>
<p>13. <i>A desigualdade e o poder ilimitado deixam, <u>pois</u>, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</i></p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

#### Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

#### Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que
- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Resolução nº 006/2003 – TJAP</b></p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>



### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O registro de atividades relacionadas à Medicina Pericial vem ocorrendo há vários anos. Considera-se correta a afirmação que

- (A) existe documentação comprovando que Numa Pompílio, em Roma, obrigou o exame necroscópico de todas as mulheres.
- (B) o médico Antístio examinou o corpo de Júlio César e descobriu que apenas uma das lesões era mortal.
- (C) somente com a legislação romena, em 1902, iniciou-se a perícia médica, sendo os médicos convidados a visitar feridos que seriam julgados em tribunais.
- (D) Gregório I, em 1875, tornou obrigatória a opinião médica para distinguir a gravidade das lesões corporais.
- (E) apenas no século XX, Orfila lançou o primeiro tratado sobre Medicina Legal, intitulado "*Des Rapports et des Moyens d'Embaumer les Corps Morts*", que tratava exclusivamente de técnicas de embalsamento de cadáveres.

32. Genival Veloso de França define a perícia médico-legal como "*um conjunto de procedimentos médicos e técnicos que tem como finalidade o esclarecimento de um fato de interesse da Justiça*". Em relação às perícias e aos peritos, é correto afirmar:

- (A) A finalidade da perícia é produzir uma prova de demonstração do fato.
- (B) As perícias se materializam através de um atestado médico.
- (C) Em âmbito penal, nos crimes em que resta vestígio, não há necessidade de se realizar a perícia quando o acusado confessar o delito.
- (D) O perito não precisa realizar o exame com boa técnica, pois ele não está sujeito à ação de reparação de danos.
- (E) O perito quando nomeado em um processo civil será obrigado a aceitar o encargo.

33. O Código de Ética Médica em vigor (Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.931/2009) possui um capítulo denominado "Auditoria e Perícia Médica". Baseando-se no referido documento, o médico-perito deve

- (A) assinar laudos periciais ainda que não tenha participado do exame.
- (B) ser perito de seu paciente em ações judiciais.
- (C) adequar a dose de medicações ao realizar a perícia.
- (D) atuar com absoluta isenção, não ultrapassando os limites de suas atribuições.
- (E) cobrar um percentual sobre o valor final da causa quando contratado como assistente técnico e sua remuneração deve estar atrelada ao sucesso da litigância.

34. O laudo médico-legal é constituído de determinadas partes, conforme relacionado na coluna da esquerda.

- |               |     |  |
|---------------|-----|--|
| (1) Preâmbulo | ( ) | Do observado e exposto, é possível afirmar que não houve lesão corporal.   |
| (2) Quesitos  | ( ) | Aos 3 dias do mês de janeiro de 1997, foi examinado o senhor J.A.S....   |
| (3) Histórico | ( ) | Houve ofensa à integridade ou à saúde do examinado?  |
| (4) Descrição | ( ) | Solução de continuidade da epiderme de formato circular com bordas lisas, invertidas e regulares com 1 cm de diâmetro, localizada na região paraesternal esquerda, na altura do 5º espaço intercostal. |
| (5) Discussão | ( ) | A fratura do osso maxilar encontrada na vítima é considerada uma ferida contusa, causada por agente contundente.   |
| (6) Conclusão | ( ) | O examinado conta que, após desentendimento com estranhos em um bar, acabou levando socos e pontapés.  |

As frases transcritas de um laudo correspondem corretamente às partes da coluna da esquerda em

- (A) 6 - 5 - 4 - 2 - 1 - 3
- (B) 5 - 3 - 1 - 2 - 4 - 6
- (C) 6 - 1 - 2 - 4 - 5 - 3
- (D) 2 - 4 - 6 - 5 - 3 - 1
- (E) 1 - 3 - 5 - 6 - 4 - 2

35. A correta correlação entre os documentos médicos-legais e seus conceitos é

- |                            |     |   |
|----------------------------|-----|---|
| (1) Atestado médico        | ( ) | Relatório médico-legal ditado diretamente a um escrivão diante de testemunhas.  |
| (2) Relatório médico-legal | ( ) | É a descrição mais minuciosa de uma perícia médica a fim de responder à solicitação da autoridade policial ou judiciária frente ao inquérito. |
| (3) Laudo médico-legal     | ( ) | Relatório médico-legal feito pelo perito após investigação e pesquisa em literatura científica.   |
| (4) Auto médico-legal      | ( ) | É uma declaração pura e simples, por escrito, de um fato médico e suas possíveis consequências.   |

- (A) 1 - 2 - 3 - 4
- (B) 4 - 2 - 3 - 1
- (C) 1 - 3 - 2 - 4
- (D) 1 - 4 - 3 - 2
- (E) 4 - 3 - 2 - 1

36. Em exame de lesão corporal, uma pericianda de 37 anos de idade referiu que foi agredida há dois dias pelo seu ex-marido com uma faca de cozinha com cabo de madeira. Ao exame físico, o médico-perito constatou manchas arroxeadas em face lateral do braço esquerdo e erosões da epiderme com exposição da derme em face posterior do antebraço direito. Frente à referida descrição, o médico-perito concluirá que o agressor causou as lesões com um instrumento

- (A) cortante.
- (B) perfuro-cortante.
- (C) contundente.
- (D) corto-contundente.
- (E) perfuro-contundente.



<p>37. Em exame externo de um cadáver masculino foi constatada lesão de forma arredondada, com orla de escoriação, bordas invertidas, halo de enxugo, zona de tatuagem e zona de esfumaçamento em região frontal. Perante o caso, o médico-perito deverá concluir que se trata de ferimento de</p> <p>(A) entrada de projétil de arma de fogo disparado encostado na frente.</p> <p>(B) entrada de projétil de arma de fogo disparado à curta distância.</p> <p>(C) entrada de projétil de arma de fogo disparado à longa distância.</p> <p>(D) saída de projétil de arma de fogo disparado junto à região occipital.</p> <p>(E) saída de projétil de arma de fogo de alta energia disparado à distância.</p>	<p>41. As características morfoscópicas da pelve podem auxiliar na determinação do sexo das vítimas encontradas em fase de esqueletização. São consideradas características da pelve feminina:</p> <p>(A) sínfise do púbis baixa e corpo do púbis quadrangular.</p> <p>(B) articulação sacro-ilíaca grande e sacro curto e pouco curvo.</p> <p>(C) buraco obturador pequeno e triangular com inserções musculares bem marcadas e proeminentes.</p> <p>(D) ângulo subpubiano amplo e íleon alto.</p> <p>(E) forma de coração e acetábulo grande e dirigido para o lado.</p>
<p>38. A lesão decorrente de ação local do frio, classificada como sendo de segundo grau, apresenta características de</p> <p>(A) necrose dos tecidos moles com formação de crosta enegrecida.</p> <p>(B) rubefação local e aspecto anserino da pele.</p> <p>(C) gangrena de extremidade.</p> <p>(D) eritema e flictena de conteúdo claro e hemorrágico.</p> <p>(E) desorganização da epiderme com comprometimento da camada de Malpighi.</p>	<p>42. A identificação médico-legal de vítimas de acidentes aéreos é feita por meio de</p> <p>(A) mapeamento dos passageiros de acordo com os assentos que ocupavam.</p> <p>(B) reconhecimento de adornos encontrados no local do acidente.</p> <p>(C) processo técnico-científico de comprovação individual.</p> <p>(D) encontro de documento de registro individual junto aos restos mortais.</p> <p>(E) reconhecimento facial por mais de um familiar da vítima.</p>
<p>39. Em exame necroscópico de vítimas de asfixia médico-legal, são considerados sinais gerais internos</p> <p>(A) o sangue escuro e fluido, não se encontrando coágulos negros no coração.</p> <p>(B) as manchas de Tardieu, conhecidas como equimoses de grande tamanho em região subpleural.</p> <p>(C) os sinais de Khramer, constatados no pericárdio e pleura.</p> <p>(D) os pulmões colabados em vítimas portadoras de antracose pulmonar.</p> <p>(E) os sinais de Palmiere, decorrentes da hiperglicemia asfíxica surgida na fase agônica.</p>	<p>43. V.G.A., 49 anos, foi atropelado por um ônibus, tendo fratura da 5ª vértebra cervical com lesão medular completa. No 17º dia de internação, foi diagnosticado com pneumonia. Apesar das medidas instituídas no Hospital, evoluiu com choque séptico e óbito. O atestado de óbito deverá ser assinado pelo médico</p> <p>(A) assistente que fez o primeiro atendimento.</p> <p>(B) assistente coordenador da unidade.</p> <p>(C) assistente plantonista.</p> <p>(D) legista do Instituto Médico Legal.</p> <p>(E) patologista do Serviço de Verificação de Óbitos.</p>
<p>40. F.A., 32 anos, discutiu com desconhecidos em um bar, sendo agredido com chutes, socos, pedaços de pau e cacos de vidro. A vítima foi socorrida ao pronto-socorro, tendo sido constatada fratura de úmero, equimoses em face e escoriações múltiplas em membros superiores e inferiores. Após 90 dias do fato, a vítima passou em exame de lesão corporal no Instituto Médico Legal e apresentou relatório médico que continha as seguintes informações: "Deu entrada em pronto-socorro apresentando as seguintes lesões: equimose periorbital bilateral de coloração roxa, escoriações múltiplas em membros superiores e inferiores, fratura de úmero direito. A fratura de úmero foi tratada conservadoramente, com gesso por 40 dias. Após a retirada da imobilização foram feitas 20 sessões de fisioterapia, não restando sequelas". No momento do exame físico, não foi constatada lesão de interesse médico-legal. Classifica-se a gravidade da lesão corporal como</p> <p>(A) inexistente, visto que não houve lesão corporal.</p> <p>(B) leve.</p> <p>(C) gravíssima por enfermidade incurável.</p> <p>(D) grave por perigo de vida.</p> <p>(E) grave por incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias.</p>	<p>44. A realização da autópsia médico-legal deve seguir uma técnica rigorosa. A doutrina médico-legal e a legislação brasileira determinam que</p> <p>(A) o exame externo do cadáver não deve ser feito na autópsia médico-legal.</p> <p>(B) ao final do exame da cavidade craniana não se deve retirar a dura-máter da base do crânio para fazer o exame da parte óssea.</p> <p>(C) o laudo pericial deve ser liberado após a análise histológica de todos os órgãos de vítimas decapitadas.</p> <p>(D) o médico-legista é obrigado a examinar, em todos os casos, a cavidade craniana, torácica e abdominal, segundo o Código de Processo Penal.</p> <p>(E) os sinais que permitem a identificação devem ser descritos, principalmente nos cadáveres desconhecidos.</p>



45. De acordo com o artigo 7º da Resolução nº 432/2013, publicada pelo Conselho Nacional de Trânsito, o crime previsto no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro será caracterizado por
- I. exame de sangue que apresente resultado igual ou superior a 0,5 decigrama de álcool por litro de sangue.
  - II. teste de etilômetro com medição realizada igual ou superior a 0,34 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado.
  - III. exames realizados por laboratórios especializados indicados pelos envolvidos no acidente de trânsito.
  - IV. sinais de alteração da capacidade psicomotora obtidos na forma do artigo 5º da mesma Resolução.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I, II e III.
  - (C) II e IV.
  - (D) I e IV.
  - (E) II, III e IV.
- 
46. Em relação aos casos de toxicofilia ou toxicomania, é correto afirmar que
- (A) a heroína apresenta decadência maior e mais rápida quando comparada à morfina.
  - (B) o LSD 25 é um produto natural extraído da ergotina do centeio.
  - (C) a cocaína apresenta baixa velocidade de absorção quando colocada na mucosa nasal por aspiração.
  - (D) a merla é obtida a partir da pasta de maconha misturada com benzina.
  - (E) a cola é constituída de ácidos dietilamínicos de efeitos muito rápidos sobre o sistema nervoso.
- 
47. Um cadáver é encontrado em um terreno baldio e levado para o Instituto Médico Legal. O médico-legista descreve os seguintes achados: ... *cadáver em aspecto gigantesco, com presença de circulação póstuma de Brouardel e prolapso do útero*. Conclui-se que o cadáver encontra-se no período
- (A) de coloração e a morte ocorreu entre 20 e 24 horas antes do exame.
  - (B) de esqueletização e a morte ocorreu entre 1 e 2 anos antes do exame.
  - (C) coliquativo e a morte ocorreu entre 1 e 2 meses antes do exame.
  - (D) gasoso e a morte ocorreu entre 2 e 4 semanas antes do exame.
  - (E) de mumificação e a morte ocorreu entre 1 e 2 semanas antes do exame.
- 
48. São consideradas provas genéticas sanguíneas a determinação dos grupos
- (A) sistema ABO e fatores sulfoglobínicos.
  - (B) Rh/rh e fatores M e N.
  - (C) haptoglobina e sistema HMN.
  - (D) sistema HLA e grupos C.
  - (E) Hr e fatores D e R.
- 
49. Em 2009 houve uma mudança no Código Penal no capítulo referente aos crimes contra a dignidade sexual. Entretanto, os conceitos médico-legais não sofreram alterações. Considere as afirmativas abaixo.
- I. Atualmente só é considerado estupro a conjunção carnal não consensual, sendo as demais formas de relação sexual não consensual classificadas como atentado violento ao pudor.
  - II. Conjunção carnal é a introdução, completa ou não, do pênis na vagina, com ou sem ejaculação.
  - III. O estupro é um crime que deixa vestígios, sendo indispensável a realização do exame pericial.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
  - (B) I e III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) II, apenas.
- 
50. O corpo de um recém-nascido do sexo feminino foi encontrado dentro de um saco de lixo. O cadáver foi levado ao Instituto Médico Legal da localidade para exame pericial. Uma das provas descritas no exame pericial era: "Docimásia hidrostática de Galeno negativa em todas as fases". Com essa descrição, interpreta-se que a criança
- (A) nasceu viva e morreu aproximadamente 5 minutos após o parto.
  - (B) foi colocada no lixo há 3 dias.
  - (C) havia falecido dentro do útero da mãe.
  - (D) respirou apenas uma vez.
  - (E) morreu 5 minutos antes do parto.
- 
51. O senhor A.B., 54 anos de idade, cometeu um homicídio, tendo batido na vítima F.G. com um pedaço de madeira. Ao ser detido, os policiais notaram que A.B. estava muito agitado e não entendiam o que ele estava falando. Posteriormente, A.B. foi levado para atendimento médico-assistencial, tendo permanecido internado por um surto psicótico. Fazia parte do quadro clínico um delírio persecutório e A.B. acreditava que F.G. iria roubá-lo e depois matá-lo. Durante a instrução processual, foi solicitado exame de sanidade mental. A provável conclusão do médico-perito é que A.B. é
- (A) imputável, pois tinha total discernimento do que estava fazendo.
  - (B) semi-imputável, pois tinha entendimento parcial do que estava fazendo.
  - (C) inimputável, pois tinha total discernimento do que estava fazendo.
  - (D) semi-imputável, pois tinha entendimento do que fazia, mas não conseguiu se autodeterminar.
  - (E) inimputável, pois era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- 
52. De acordo com o Decreto nº 3.048/1999 da subchefia para assuntos jurídicos da Casa Civil, é considerado agente patogênico físico causador de doenças profissionais ou do trabalho,
- (A) a radiação ionizante.
  - (B) os microrganismos infecciosos.
  - (C) o asbesto.
  - (D) o hidrocarboneto aromático.
  - (E) o monóxido de carbono.



<p>53. Segundo a Lei Federal nº 8.213/1991, são considerados acidentes de trabalho as doenças</p> <p>(A) que não produzem incapacidade laborativa. (B) profissionais. (C) degenerativas osteomusculares. (D) inerentes a grupo etário. (E) congênitas.</p>	<p>57. Cadáver do sexo masculino, 59 anos, encaminhado ao Instituto Médico Legal por ter apresentado mal súbito em via pública. Ao exame necroscópico foi constatada miocardiopatia hipertrófica, além de áreas de coloração relativamente mais escuras, levemente intumescidas e com pontos hemorrágicos em miocárdio, em área correspondente ao território de irrigação do ramo descendente anterior. O médico-perito oficial deve preencher como causa terminal na declaração de óbito,</p> <p>(A) infarto agudo do miocárdio. (B) doença aterosclerótica coronariana. (C) hipertensão arterial. (D) miocardiopatia hipertrófica. (E) tromboembolia pulmonar.</p>
<p>54. Segundo os doutrinadores do direito, a responsabilidade médica tem a obrigação de meio e não de fim. Ou seja, o médico</p> <p>(A) é obrigado a curar seu paciente. (B) deve operar o paciente na emergência tendo a preocupação em não ser processado por erro médico, evitando dano estético decorrente da cicatriz. (C) deve prever o resultado do seu tratamento. (D) deve estabelecer a data da alta hospitalar no momento da internação. (E) deve se valer dos conhecimentos técnicos e científicos para tratar seu paciente da melhor maneira possível.</p>	<p>58. É possível utilizar a identificação através do DNA nas seguintes situações:</p> <p>(A) quantificação da lesão corporal, manchas de sangue, sêmen e partes cadavéricas. (B) saliva, manchas de sangue, sêmen e partes cadavéricas. (C) quantificação da lesão corporal, água, manchas de sêmen e cadáveres putrefeitos. (D) saliva, manchas de sangue, água e sêmen. (E) manchas de sangue, sêmen, refrigerantes e vinhos.</p>
<p>55. De acordo com a Norma Regulamentadora NR 7, que versa sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, o</p> <p>(A) Atestado de Saúde Ocupacional deve ser emitido em três vias. (B) empregador pode descontar os custos dos exames complementares realizados no exame admissional do servidor. (C) prontuário clínico individual do servidor fica sob a responsabilidade do médico examinador. (D) exame médico periódico não precisa ser realizado em servidores públicos. (E) médico encarregado deve orientar o empregador quanto à necessidade de adoção de medidas de controle no ambiente de trabalho.</p>	<p>59. O processo de readaptação do servidor público, previsto na lei vigente, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais do Amapá, será realizado</p> <p>(A) pelo médico que vinha prestando assistência ao servidor nos últimos anos. (B) pelo médico-perito oficial que atender o servidor após 180 dias de afastamento. (C) quando o servidor assinar o decesso de vencimento inerente ao novo cargo. (D) quando o nível de desenvolvimento mental do servidor não mais corresponder às exigências da função. (E) após comprovação de incapacidade total e permanente para todos os cargos previstos no edital do concurso prestado pelo servidor.</p>
<p>56. Algumas pessoas portadoras de transtorno de personalidade são chamadas pela sociedade de psicopatas. Considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. O transtorno de personalidade pode ser caracterizado por uma modificação do caráter e do afeto, entre outras.</p> <p>II. O transtorno de personalidade antissocial é caracterizado por indiferença insensível aos sentimentos alheios, atitude de irresponsabilidade e desrespeito por normas, regras e obrigações sociais e muito baixa tolerância à frustração.</p> <p>III. O transtorno de personalidade emocionalmente instável do tipo <i>borderline</i> caracteriza-se por instabilidade emocional, sentimentos crônicos de vazio e propensão a se envolver em relacionamentos intensos e instáveis.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) III, apenas. (B) I, apenas. (C) I, II e III. (D) II e III, apenas. (E) I e II, apenas.</p>	<p>60. A licença ao servidor público por acidente em serviço será concedida</p> <p>(A) com remuneração parcial, de acordo com o tempo de afastamento do servidor. (B) quando o servidor sofrer dano incapacitante decorrente de agressão física no exercício de seu cargo, desde que a agressão não tenha sido provocada por ele. (C) de forma integral, desde que o servidor tenha realizado todo o tratamento especializado em instituição pública do Estado. (D) se o acidente for comprovado, no máximo, nas 24 horas seguintes ao evento traumático afirmado pelo servidor. (E) quando o acidente tiver ocorrido dentro da instituição pública, não sendo equivalentes os acidentes sofridos no percurso da residência para o trabalho.</p>